



MULHERES E TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO: EXPERIÊNCIAS FRONTEIRIÇAS ABISSAIS QUE SE ERGUEM NAS RUAS

PROSTITUTES WOMEN AND *TRAVESTIS*: HUGE DIFFERENCES IN THE EXPERIENCES ON THE STREETS

Claudia Cristina Ferreira Carvalho¹ - FAED/UFMGD - claucarv@hotmail.com

Luiz Augusto Passos² - PPGE/UFMT- passospassos@gmail.com

RESUMO

As ruas, becos, praças e avenidas das cidades modernas expressam muito de uma cartografia abissal. Trata-se de um universo regido por dicotomias excludentes que dividem a realidade social entre aqueles/as considerados/as humanos e aqueles/as que ainda lutam para serem reconhecidos/as como tais. Nessa conjuntura, as experiências das mulheres e travestis que vivem das/nas ruas exercendo a profissão do sexo, que trataremos neste artigo, permitem entrever, num diálogo com as Epistemologias do Sul, a complexidade que há na interseccionalidade das três grandes formas de dominação: o heteropatriarcado, o colonialismo e o capitalismo e, como estes sistema de poder desigual operam conjuntamente na produção das linhas abissais que regulam os processos de produção do sofrimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Diálogos sul-sul; Epistemologias do Sul; Linhas Abissais.

ABSTRACT

The streets, alleys, squares and avenues of modern cities express much of an abyssal cartography. It is a universe governed by excluded dichotomies that divide social reality between those / as considered / as humans and those / as they still struggle to be recognized / as such. In this context, as the experiences of women and transvestites who live in / on the streets exercising a sex profession, which they deal with in this article, they use input, a dialogue with Epistemologies of the South, a complexity that exists in the intersectionality of the three great forms of domination that are hetero-patriarchies, colonialism and capitalism and, as they operate together in the production of abyssal lines that regulate the processes of production of human suffering.

KEYWORDS: South-south dialogues; Southern epistemologies; Abyssal Lines.

INTRODUÇÃO

Em diálogo entre a crítica feminista com as Epistemologias do Sul, usamos o termo linha abissal, abordagem teórica de Boaventura de Sousa Santos (2004, 2010), no sentido de que há uma linha divisória entre o visível e o invisível, que tanto separa quanto oblitera a realidade social em dois mundos, onde existe aqueles(as) que são abraçados(as) pelas luzes da

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sanduíche na Universidade de Coimbra, através do Centro de Estudos Sociais. Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Doutor em Educação, docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



modernidade ocidental – reconhecidos como humanos – e os(as) que são excluídos(as) desse processo, ou seja, os que vivem na “zona do não-ser” (FANON, 1975) e que, mesmo vivendo em regimes democráticos, nunca exerceram a possibilidade efetiva de acesso e garantia dos direitos democráticos, sendo considerados sub-humanos, “os(as) selvagens”. Nessa senda, como já nos alertou Judith Butler (2004), a raça, o sexo, a etnicidade são categorias sociopolíticas que erguem as fronteiras nas quais o humano é entendido diferentemente na modernidade ocidental.

Por compreendemos que essas distintividades não se configuram em abstrato, mas são construções edificadas num campo de disputa de práticas sociais, discursivas e de linguagens, o presente texto é o resultado de pesquisa de campo realizada na cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, envolvendo mulheres cis e travestis que exerciam nas ruas a profissão do sexo. A temática de estudo se circunscreve à condição de vulnerabilidade social, brutalidades e violações sistemáticas dos direitos humanos, que ferem a dignidade das trabalhadoras que vivem da rua – incluindo aquelas violências produzidas pelos agentes de segurança pública. Num olhar datado, que pronuncia os sentidos que emergem e conduzem as experiências e as percepções das mulheres e travestis que vivem da/na rua exercendo a profissão do sexo, reconhecemos que há entre os múltiplos coletivos que povoam o universo da rua um olhar não apenas geral, mas prenhe de singularidade e situado no mundo vivido.

Importa aqui, esclarecer as categorias utilizadas para denominar o campo do nosso trabalho. A categoria de mulher é a usada pela grande maioria das pessoas a quem é atribuído o sexo feminino à nascença e que aceita socialmente (e muitas vezes naturalmente) essa identificação. Mas a divisão sexual binária da sociedade entre homens e mulheres é desestabilizada de várias formas. Neste texto tem especial importância a identificação como travesti – termo eminentemente brasileiro que indica uma identidade de gênero e serve para designar as identidades femininas que rompem com as lógicas binárias de pensar o masculino e o feminino. Esse termo é usado para falar (e foi reivindicado positivamente como categoria identitária) de pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença mas que assumem comportamentos socialmente atribuídos ao feminino, desestabilizando a norma da dicotomia associativa: pênis=homem vs. vagina=mulher e evidenciado outras realidades para além dessa



norma. Na linha de Joan Scott (e dos estudos de gênero), a identificação de gênero interessa-nos aqui "como um guia não simplesmente [para analisar] como homens e mulheres tem sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar (SCOTT, 2012: 347).

Uma primeira versão deste texto foi publicada em 2014, na Série Palavração Pesquisa e Vulnerabilidade, volume 1, no livro Intitulado *RuAção: Das epistemologias da rua à política da rua*. A obra foi resultado de uma pesquisa ampliada acerca das vivências das pessoas e de coletivos em condição e/ou situação de rua em Cuiabá, e também considerou aqueles/as que vivem da rua (vendedores/as ambulantes, cuidadores de carros, “flanelinhas”, prostitutas, dentre alguns). Teve como aporte financeiro os recursos oriundos do Convênio n. 758731/2011/SDH/PR, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, celebrado com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso (SEJUDH/MT), executado através do Centro de Referência em Direitos Humanos³, à época vinculado à SEJUDH/MT. O referido Centro, como proponente da pesquisa, integrou o Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) e o Grupo de Estudos Educação em Merleau-Ponty (GEMPO), vinculados ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), “instituição executora” da pesquisa.

Meretrizes mulheres e travestis são grupos sociais que teimosamente lutam há séculos pelo direito autônomo de controle do próprio corpo, num contexto do crescimento urbano-industrial que se acirra cada vez mais.

³ A coautora coordenou o CRDH/MT no período de 2007 a 2014. Salientamos que desde sua fundação, as atribuições e atividades do Centro de Referência foram se alterando; e com essas alterações o nome da instituição também. Diante disso, adotamos a utilização do nome “Centro de Referência em Direitos Humanos” – o primeiro nome foi “Centro de Referência de Enfrentamento à Homofobia e ao Racismo”, depois “Centro de Referência em Direitos Humanos de LGBT” e, por fim, em 2012, “Centro de Referência de Políticas Públicas e Direitos Humanos dos Grupos Sociais e Pessoas Vulneráveis”, ampliando os atendimentos para todos os grupos vulneráveis.



1. A CARTOGRAFIA ABISSAL DAS RUAS

As Epistemologias do Sul (SANTOS, 2007), em seu conjunto teórico, contribuem para uma crítica radical feminista e pós-colonial, e nos permitem aprofundar a compreensão acerca da complexidade epistêmica, política e ontológica que há nas múltiplas camadas de opressões a que estão sujeitas as mulheres subalternizadas⁴ do Sul. A ideia de Linha Abissal e os depoimentos que aqui se pronunciam deixam entrever que o capitalismo, o heteropatriarcado e o colonialismo aliaram-se para operarem um sistema integrado e interseccional de dominações e violências, no qual o feminino passou a ser a designação de um outro (o outro do masculino) que o define como objeto de múltiplas camadas de opressão e subordinação discursiva, política e ontológica.

Quando olhamos atentamente as experiências das mulheres e travestis que exercem a atividade remunerada de prostituição nas ruas, percebemos a existência de um universo repleto de distintividade, invisibilidade e ausências, relações de trabalho e convivialidade regidas por um “pensamento abissal” (SANTOS, *ibidem*) – o mesmo que regula uma série de práticas sociais e discursivas assentadas no rito sacrificial, em que uma parte da humanidade canibaliza outra parte da humanidade. Tudo isso justificado e justificado na construção ontológica do/a outro/a como sub-humanidade e, portanto, relegadas às zonas das não-existências ou do “não-ser”.

Mas é preciso abrir um parêntese: a divisão sexual do trabalho oculta a interconexão da redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas no interior das interações entre homens e mulheres, maximizada pela violência religiosa e estatal que perdurou mais de 200 anos (final do Feudalismo até o início da Era Moderna⁵), que caracterizou a reconfiguração dos papéis sociais, a separação do espaço público e do privado, constituindo uma das linhas abissais de

⁴ O sentido de subalterno empregado neste artigo inspira-se nos conceitos inicialmente propostos por Gramsci e, mais adiante, trabalhado pelos/as autores/as dos Estudos Subalternos, a saber: Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee e Gayatri Spivak. Contudo, diferente da hipótese gramscianiana que não vê autonomia imediata para o subalterno – submetido ao controle das elites –, as mulheres subalternizadas (negras e periféricas de comunidades pobres, indígenas, imigrantes islâmicas, ciganas, transgêneros, para citar algumas das que estão em situação de explícita vulnerabilidade) têm demonstrado autonomia, ainda que pequena e fragmentada, como caminhos para a construção de narrativas e historiografias emancipatórias.

⁵ “A perseguição às bruxas e os métodos disciplinares que o Estado como a finalidade de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução tem origem nessa crise” (FEDERICI, 2017: 170).



distintividade entre homens e mulheres. Além disso, a separação entre o espaço público e o privado, como já assinalado, transformou “trabalho doméstico” das mulheres, incluindo o sexual, como não-assalariado, desarticulado da vida, ou sequer, é considerado trabalho produtivo e reprodutivo.

Vale destacar que a violência sistêmica contra as mulheres estruturou (estrutura) a feminilização da pobreza em todo mundo, aliançada aos processos históricos de acumulação primitiva do capital “ao longo da primeira fase de proletarização: eram as prostitutas quem realizavam com maior frequência as funções de esposa para os trabalhadores homens [cozinhando, limpando, servindo-lhes sexualmente]” (FEDERICI, 2017: 197). E isso se devia ao fato de que se as mulheres empobrecidas se negassem ao matrimônio e/ou à procriação de filhos(as), certamente morreriam de fome.

Em sua origem brasileira, a prostituição é tributária da ocupação colonial, tecida na concepção de vazio dos territórios e das consciências dos povos colonizados. Os corpos das mulheres negras escravizadas da diáspora africana são transformados em vazios prontos a serem invadidos, explorados, ocupados, expropriados em sua condição ontológica e epistêmica como instrumento necessário à acumulação primitiva do capital, num regime colonial. Na maioria dos casos, a prostituição parece ter sido adotada como uma atividade complementar de exploração do triplo turno de trabalho das negras através do comércio de ambulantes; as chamadas negras de tabuleiro⁶, por sua vez, serviam de disfarce para a prostituição plena, com a qual as escravas cumpriam suas obrigações com seus senhores, uma espécie tipicamente feminina da pobreza e miséria social.

Nascida da crueldade do escravismo colonialista, a prostituição brasileira carregaria por séculos uma quádrupla exploração: sexual, econômica, simbólica e política. Por outro lado, o fenômeno da disseminação das vendas em locais proibidos confundia-se com a presença feminina, que concorria para o mesmo fim através das meretrizes. As medidas fiscalizadoras cresciam entrelaçadas na mesma proporção do crescimento expressivo desse espaço de

⁶ As chamadas *negras tabuleiras* dedicavam-se ao mercado ambulante de produtos de gêneros a varejo, principalmente de doces, bolos, alféloa, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite, mariscos, alho, pomada, polvilhos, hóstias, ombreias, mexas, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados. Neste cenário, muitas escravas que se dedicavam ao pequeno comércio – pressionadas pela obrigatoriedade que possuíam de pagar uma determinada quantia acertada com seu proprietário – entregavam-se à prostituição.



participação feminina que, ao revés da situação nascida da exploração, tornou-se um espaço político de lutas silenciosas das mulheres negras e pobres.

[...] o governador conde de Galveias expulsaria do arraial do Tijuco as mulheres “de vida dissoluta e escandalosa”, visto que costumavam transitar pelas ruas e igrejas transportadas por escravos em cadeiras e serpentinas, trajando “vestidos ricos e pomposos, e totalmente alheios e impróprios de suas condições”, o que era suficiente aos olhos do governador para se “reputar como contágio dos povos e estragos dos bons costumes” (FERNANDO, 2011: 156).

É premente afirmarmos que essas mulheres, ao circularem nos espaços públicos das ruas através da prostituição, assumiram uma posição charneira, de uma lado opera a desumanização e, de outro o silêncio de atos de resistências porque, comumente, ocultavam (nos prostíbulos) negros/as fugidos/as, negros/as salteadores/as dos quilombos e contrabandistas de pedras preciosas como ouro e diamante, furtados pelos/as escravos/as. As questões públicas eram com elas partilhadas, através das quais possuíam o poder do conhecimento da face verdadeira daquela sociedade, que simulava uma ordem cínica. Nesses espaços de sociabilidade crescidos às margens do tratado mercantil, fugas de escravos e aquisição de gêneros para o abastecimento dos quilombos eram práticas recorrentes.

Em certa medida, a prostituição praticada pelas inúmeras negras alforriadas também deporia contra o regime escravista, que funcionava como uma verdadeira fábrica de produção de mestiços/as livres precarizados/as. Por outro lado, essas mulheres assumem o direito ao seu corpo, finalmente, e a prática sexual a que foram sujeitas de forma forçada, era agora um meio de subsistência pelo qual se faziam pagar, invertendo a lógica do trabalho produtivo vs. reprodutivo. Para além disso, os filhos nascidos desse trabalho acentuavam a desestabilização da ordem social –as crianças enjeitadas nas ruas e calçadas estimulavam o crescimento da insatisfação dos grupos empobrecidos, eventualmente mergulhavam no caminho da rebelião e do protesto.

A pobreza, a miséria e a desumanização fizeram a prática da prostituição invadir o cotidiano familiar, mudando em certa dose a cartografia colonial; e o seu crescimento acentuou o controle das autoridades, as punições e as prisões dessas mulheres. “Se o binômio miséria e exclusão do mercado de trabalho transforma o cotidiano da sobrevivência das mulheres num verdadeiro inferno, oferece também enorme capacidade de luta e resistência



naquela sociedade” (FERNANDO, *ibidem*: 163). Todavia, não se pode romantizar a exploração dos corpos das mulheres negras, mas compreender as redes complexas de tensões que os abrigavam, uma delas é o cosmopolita insurgente protagonizado por essas mulheres, revelando experiências de resistência e de luta como exercício de liberdade para erradicação da opressão, em resiliência constante para superação dos problemas, o que indica suas objeções à condição de subalternos/as, advinda das exclusões radicais propiciadas pelo sistema de exploração colonial.

Anibal Quijano (1994) e Maria Lugones (2008), nos permite entrever que o “padrão colonial do poder” e o “colonialismo de gênero”, criaram uma sociedade hierarquizada centrada na racialização dos corpos- pela via da escravização de indígenas e africanos/as, cujo eixo se articula a racialização e a genderização dos corpos como mecanismo de controle do trabalho, da exploração dos recursos, do controle do sexo e a objeção colonial da subjetivação do/a outro/a colonizado/a. Hooks (2015), demonstra a perversidade desses dois sistemas, aliados ao sadismo da exploração sexual das mulheres negras cativas por homens brancos e exploradas por mulheres brancas resultando na regulação (des)humana do tratamento brutal perante a violência da escravatura, a nudez das africanas era uma lembrança permanente da sua vulnerabilidade sexual.

2. AS RUAS DAS CIDADES: FRONTEIRA⁷ ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

A prostituição na contemporaneidade demarca uma certa memória, como se fora “escalpo”, tendo em vista as dimensões políticas, sociais e culturais de territorialidade-base⁸ da cartografia urbana, que as excluiria e as levaria para os espaços da periferia das cidades. Durante o período que antecedeu os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, na cidade subse de Cuiabá, no município de Várzea Grande, observamos a desterritorialização das

⁷ Entendemos a noção de fronteira como a estética da hibridez que tende a ocultar os conflitos sociais reais em que os grupos subalternizados e diaspóricos estão e estiveram envolvidos dentre e fora do Ocidente. Além da hibridização nos regimes identitários, performatividade, diferenças culturais, multiculturalismos, racismos e discriminação, descolonização e violências são os vários conceitos no interior dos estudos pós-coloniais que utilizam do conceito de fronteira abordado por Hami Bhabha (1990), Stuart Hall (2006), Mikhail Bakhtine (1979), Frantz Fanon (2006), Valetin Mudimbe (1988), Judith Butler (1990), Boaventura de Sousa Santos (2006), dentre alguns/as.

⁸ Territorialidade compreendida do ponto de vista fronteiriíssimo, os modos segundo os quais um grupo particular é separado dos outros por determinada correlação de forças que os separam, à luz das teorizações de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998).



profissionais do sexo por parte das autoridades, que investiram uma verdadeira “caça às bruxas” em locais históricos de prostituição. Muitos “pontos” foram fechados, prostitutas retiradas dos seus *lócus* por excelência de trabalho, onde vivem da comercialização do corpo para fins sexuais. Desafiando os processos de exoneração do que se considerava residual humana, inclusive sob o fechamento do Centro de Referência de Atendimento à População em situação de Rua (POP), a três quadras da Catedral metropolitana e do Centro Histórico de Cuiabá foi constituído um posto avançado, na noite, de moradores e moradoras de rua, demarcando controle do território.

Houve um processo perverso de assepsia social. As poucas mulheres que permaneceram “clandestinamente” nos pontos de prostituição recusaram-se a falar com a pesquisadora e o pesquisador deste trabalho. As que aceitaram contribuir foram aquelas cujos locais concentravam-se nas zonas periféricas da cidade, longe do olhar da FIFA – ação totalmente arbitrária, dado que o espaço de uma cidade é público e não particular; que a liberdade de ir e vir de qualquer cidadão é ponto de honra dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira. Essa perseguição de que foram vítimas as trabalhadoras sexuais mostra bem o potencial destabilizador de uma ordem social cínica, que pretendeu criar uma imagem falsa apenas durante o período da Copa do Mundo, sem no entanto haver um trabalho efetivo de encontrar soluções laborais para quem era expulsa dos seus espaços de trabalho. Importava “limpar” as ruas, importava a imagem da cidade, não importavam as trabalhadoras impedidas de exercer a única atividade que lhes garantia o sustento.

Tal prática expressa muito da lógica que regula uma cartografia abissal das ruas, enquanto espaço de prostituição⁹. Por um lado, a política das cidades expressa a hegemonia das sociabilidades metropolitanas (civilizados): os representáveis que assumem o papel de controlar/regular as decisões do Estado, a exemplo, urbanistas, chefes de segurança pública, administradores definem políticas de ocupação dos espaços urbanos, cuja única face expressa o seu poder e interesses. Por outro, sobre as sociabilidades coloniais (os/as selvagens) incide a

⁹ A etimologia do vocábulo “prostituição” provém do latim *prostituere*: “colocar adiante”; “à frente”; “expor aos olhos”. É curioso, entretanto, que a palavra “pessoa”, na semântica que lhe dá Emmanuel Mounier, significaria “afrontar”, inspirada no vocábulo *prosopon* – no sentido de se destacar, como elemento de relação proativa de um sujeito que não perde sua condição singular, mas a enriquece na troca com outro, que em parte espelha sua universalidade e torna a relação constituidora de um “nós” com lastro de identidades, sem mesmização das diferenças. O primeiro conceito e o segundo possuem uma mesma reverberação semântica.



coerção, a ausência de políticas públicas básicas, o uso arbitrário da força, da violência configurada em fascismos sociais na forma de *apartheid* das cidades.

E é, essa governamentalidade¹⁰ que alimenta e é alimentada por uma territorialidade que exclui e oblitera de forma radical aquelas mulheres e travestis ligadas às atividades de meretrício nas ruas ou que “*batalham programas nas pistas*”¹¹. Vale destacar que a Organização das Nações Unidas (ONU), a respeito da prostituição, apresenta a seguinte definição:

[...] Processo em que as pessoas, mediante remuneração, de maneira habitual, sob quaisquer formas, entregam-se às relações sexuais, normais ou anormais com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto, durante todo o tempo. [...] O ato sexual comercial é como qualquer ato comercial em geral, em que algo de valor seja dado ou recebido por alguém (ONU, 2008, p. 11).

Ademais, a prostituição no Brasil é reconhecida desde 2002 pelo Código de Ocupações Brasileiro – CBO 5198-05 –, do Ministério do Trabalho¹². É importante frisar que esse código é o documento normatizador do reconhecimento, da nomeação, da codificação, dos títulos e do conteúdo das ocupações do mercado de trabalho, no qual se reconhece a rua como local por excelência de trabalho das profissionais do sexo. Daí a importância atribuída por muitos militantes do movimento social, tanto de mulheres quanto de travestis, à luta pelo reconhecimento legal da relação de trabalho estabelecida para fins sexuais.

Então a gente se organizou, foi intuição de organizar politicamente e a nossa maior luta é por identidade; já temos uma ocupação, estamos classificados no Código de Ocupação Brasileiro do Ministério do Trabalho, isso é uma conquista de 12 anos. Queremos a legalização porque, veja bem, se a prostituição for legalizada, nós vamos ter crianças e meninas e adolescentes em situação de exploração sexual, porque eu não chamei prostitutas femininas, eu chamo sim de exploração sexual, porque a sociedade mundial ainda não tem um entendimento que migração é migração, tráfico de seres humanos é tráfico de seres humanos, prostituição é prostituição e exploração sexual é

¹⁰ Governamentalidade é termo utilizado por Michel Foucault (2008) para se referir à arte de governar. No caso do Estado, inclui um espectro de técnicas de controle dirigidas aos sujeitos através da biopolítica e do biopoder.

¹¹ Termo utilizado pelas travestis em condição de prostituição, para designar a gíria das ruas como espaço de trabalho

¹² Segundo a definição deste Código, “profissionais do sexo” refere-se a prestadoras/os de serviços sexuais que incluem as denominações “garota de programa”, “garoto de programa”, “meretriz”, “messalina”, “michê”, “mulher da vida”, “prostituta”, “quenga”, “rapariga”, “trabalhador do sexo”, “transexual” (“profissionais do sexo”), e “travesti” (“profissionais do sexo”).



exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, prostituição é uma mulher adulta que está lá, ou por autonomia, ou então porque é atraente, ou porque quer estar lá¹³.

Lily Prado¹⁴, nossa amiga travesti, foi quem lutou, foi a primeira profissional do sexo travesti registrada no Brasil, porque desde 2004 o Ministério do Trabalho reconheceu a profissional do sexo. Só que eles criaram, mas não deram código, o código. Quando você vai ao INSS, você tem que dizer assim: “Olha, eu quero contribuir nesta categoria profissional”. Então, lá não tinha, o que tinha era autônomo, mas não tinha a profissional do sexo. Aí, ela levou o pedido pro Centro de Referência LGBT – a assistente social de lá trabalhou junto com Lily –, pra que o INSS reconhecesse o código pra fazer o registro. Daí, desde então, a gente tentou levar, nos encontros aqui, do zero lá para Rondonópolis, para que as meninas começassem a se registrar¹⁵.

Prostituição é uma mulher adulta que está lá na rua ou por autonomia ou porque quer, ou então porque é atraente estar lá. É consciente, ela é uma mulher prostituta, isso é prostituição. Agora, uma menina que é induzida a ter relação sexual, por exemplo, com um senhor de idade, pois quem usa mais essas meninas são os mais idosos... Depois, a sociedade diz que essas meninas são prostitutas. Elas são vítimas de violência. Prostituta sou eu, consciente politicamente, não estou fazendo mais porque o mercado não é favorável¹⁶.

Do ponto de vista da crítica feminista, olhar a prostituição é perceber os efeitos da despossessão e da desapropriação progressiva do corpo e da sexualidade das mulheres e travestis é, entender uma história de conflitos, de divisões, de violências decorrentes das transformações promovidas pela dominação patriarcal como estratégia para a acumulação primitiva do capital. Por essas lógicas, perpassam a naturalização dicotômica, assimétrica/subalterna entre o espaço privado (a-político) e o espaço público (político), tal divisão autoriza o masculino a produzir e reproduzir violências sistêmicas sobre o feminino, num contínuo ciclo, de uma dialética sem síntese, em que o primeiro tem todos os privilégios sobre o segundo como forma de governança - ou seja, mantém um fluxo permanente de violência fundacional como violência autorizada e cotidiana, seja nos espaços privados ou público.

¹³ Lourdes.

¹⁴ É relevante assinalarmos a importância de Lily como representante, em âmbito nacional, da rede de Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), na condição de presidente da Associação Mato-grossense de Travestis (ASTRA-MT), e também a forma violenta com que foi agredida diversas vezes na rua, em seu ambiente de trabalho. A última agressão sofrida quase a levou à morte por espancamento depois de denunciar, junto a setores de investigação, a rede de extorsão policial e cafetinagem envolvendo travestis em área de prostituição no município de Várzea Grande.

¹⁵ Luana.

¹⁶ Cindela.



Com bem assinalou Federici (2017), a interconexão da redefinição das tarefas produtivas e reprodutiva no interior das relações entre homens e mulheres, de um lado, maximizou a violência e intervenção estatal sobre as construções dos papéis sociais na sociedade capitalista; De outro, essas mesmas forças, construíram a noção de “feminilidade” oculta numa função-trabalho e força produtiva com um destino biológico, sem historicidade e fora da história de classes.

Mulheres e travestis, para além das violências sofridas, há nos espaços da rua uma ideia de comunidade da prostituição, um estar junto que se articula em rede, um tribalismo, uma pertença identitária, mantido na persistência de um *ethos*¹⁷ de grupo, unido por laços de afetividade, solidariedade partilhada.

3. OS PORQUÊS DA SITUAÇÃO DE RUA

Durante a pesquisa de campo, ao indagarmos as profissionais do sexo os motivos que as levaram às ruas, há um processo anterior, motivado principalmente por violências no espaço doméstico, seguido de fatores sociais e econômicos. E, no caso das travestis em que a dimensão da identidade feminina de gênero e sexualidade destoa da normatividade vigente, ou da ideia de “gênero intelegível” (BUTLER, 2003), o preconceito e a discriminação LGBTfobia, além dos fatores econômicos, são os grandes motivos da sua inserção e permanência nas ruas.

De sua vez, Oyeronke Oyewuni (1997) demonstrou que nem todos os sistemas de poder entre homens e mulheres têm como estrutura uma hierarquia e subordinação justificada na biologia dos corpos, nos dualismos da diferenciação sexual, na opressão e na força, ou nos dualismos entre cultura e natureza. A autora indica que a perspectiva moderna ocidental de gênero, baseada na ideologia do determinismo biológica, uma bio-lógica, não dá conta de todas as formas de construção social do termo. Ademais, nos lembra Oyewuni, que a modernidade ocidental é a expansão do domínio norte-cêntrico (euro/estadunidense) do *ethos* hegemônico do gênero masculino e, a organização familiar nuclear, monogâmica, hetero como instituição política.

¹⁷ *Ethos* tem o sentido de uma atenção obediencial, direção espontânea ditada pelo corpo sensível e reflexivo e atenção à realidade, tal qual se manifesta nos desejos dela (PASSOS, 2008).



Chamamos atenção aos ditos a seguir:

Eu tenho problema familiar, minha mãe é religiosa e não aceita meu lado gay, minha opção sexual, muito menos o meu vício com a droga, entendeu? Ah! Hoje em dia, faço programas e sou um viciado. Acho que o Brasil, o mundo é muito preconceituoso, porque tem pessoas que olham pra mim com maus olhos, tipo entrar em determinados lugares. Às vezes, você vai procurar outro trabalho, leva currículo, só de você já chegar no estabelecimento pra pedir emprego, as pessoas já te olham diferente, você já vê o “Não” de cara, entendeu? É melhor você se prostituir. Melhor, não é o caso; muitos tentam fazer o correto, mas as portas se fecham¹⁸.

Já sofri várias violências e fui estuprada pelo meu padrasto; daí eu fugi e fui morar na rua. A violência começa dentro de casa e é por isso que às vezes algumas mulheres terminam na prostituição, na rua, né¹⁹.

Há várias formas de violência. Às vezes, as pessoas deixam de contar sua verdadeira história. Uma prostituta que mora comigo já sofreu várias violências; foi estuprada dentro de casa. A violência começa dentro de casa e é por isso que, às vezes, algumas mulheres terminam indo pro cabaré, pra rua. Porque a violência primária, ela começa em casa, na família, com o irmão, com o padrasto, né? Falo isso porque acredito que isso vai ajudar milhões de outras mulheres. A gente vai cobrar da justiça casos que acontecem que não têm solução²⁰.

Deixa eu te dizer uma coisa: a violência, ela está muito presente; ainda tem a violência de pegar uma menina, trazer do interior e levar para sua casa dizendo que vai botar pra estudar. Depois, a menina sofre abusos, violência sexual, e vem pra prostituição. Já no meu caso [...] fui vítima de violência sexual dentro da família²¹.

O heteropatriarcado alinhado, muitas vezes, às circunstâncias de precariedades impostas pela cultura e, por vezes, agravado pelas ações do Estado são linhas abissais que se erguem como legitimadores da desumanidade que se manifesta na forma de expropriação da condição humana, reduzida à condição de poder ser vida matável. Nessa direção, a precarização das condições de sobrevivência, a dificuldade de criação e de fortalecimento das redes de proteção, a defesa e a garantia dos direitos trabalhistas das profissionais do sexo (bem como de seus direitos humanos), reforçam não só a permanência delas nas ruas, como também as

¹⁸ Michely, travesti.

¹⁹ Lourdes.

²⁰ Jesus.

²¹ Cinderela, mulher cis de 54 anos de idade, em suas narrativas demonstrou a força da luta pela sobrevivência. Desde o estupro, aos 10 anos de idade por um parente, sofreu sucessivas violências: morou na rua, exploração sexual, tráfico de pessoas para fins sexuais – rota Suriname.



condições de insalubridade nas relações laborais estabelecidas na comercialização do corpo para fins sexuais.

Eu tô na rua como prostituta, porque tô sem emprego. Só a minha filha que trabalha, né, eu tô desempregada. Por isso que eu tô aqui, senão eu não estaria aqui. Tenho que pagar aluguel, comer, beber, manter meu sustento²².

O primeiro direito a gente já tem, né, que é pagar o INSS, IPTU, né? Mas não é todos que aderem, foi uma conquista, vamos se dizer, né, no Brasil inteiro. As únicas travestis que não têm documento é de Cuiabá, porque no Brasil inteiro todas têm documento, e as cuiabanas não têm. Poucas cuiabanas que têm documentos²³.

[...] Quando a gente necessita de um serviço público, a gente não procura, por medo de ser maltratado no serviço público. Nos lugares que já fui, não tenho que reclamar, não. No último lugar foi lá, nesse Ganha Tempo, né? Ver esse negócio da profissão, mas, nos outros lugares não, eu já fui preparada para abrir a boca. Que vê: muitas travestis têm um vício, né, a droga... A droga é o que mais acaba com o travesti, e acaba o babado, a droga e a doença HIV/AIDS, mas a doença é com o tempo e a droga já acaba mais rápido, destrói mais rápido. Se você não procurar um psiquiatra, um psicólogo pra te orientar... Porque parar você não vai. A psicóloga e a psiquiatra [...] a gente não consegue atendimento do pessoal do CAPS²⁴.

Essas pessoas são, sobretudo, sobreviventes. Assassinatos, espancamentos e síndrome do pânico estão muito presentes em suas vidas, com dificuldades de acesso às políticas de saúde. Há uma animosidade que marca, na carnalidade do sujeito, as diversas formas de opressão sofrida seja no espaço público ou no doméstico. É preciso reafirmar que esse ciclo de violência que imagina poder destituir a condição de humanidade dessas pessoas jamais poderá fazê-lo, porque a dignidade humana não é um adereço exterior às pessoas, mas é inerente à sua vida em pele de gente. Ao irem trabalhar nas ruas, mulheres e travestis ficam expostas a outros níveis de violências como balas perdidas, roubos, agravos à saúde, violência na relação comercial entre prostitutas e clientes, cafetinagem velada por parte de donos de bares próximos aos “pontos” de trabalho. O sofrimento, por vezes, tem uma dor muito maior: é saber-se expropriado simbolicamente e de fato de sua identidade, por negação dela.

²² Marlene.

²³ Luana.

²⁴ Cinderela



4. CORPOS DESNUDOS E A NUDEZ DOS CORPOS

O corpo não é um elemento desinteressado e desapaixonado da vida, do mundo. Somos humanos na medida em que fazemos nosso corpo pela incorporação do mundo vivido. A percepção das mulheres e travestis profissionais do sexo, enquanto corpo sensível e senciente, se cria pela vivência da sexualidade e da identidade de feminina do gênero²⁵ que as abrigam. E é perceptível que a subjetividade incorporada é carregada de ambiguidades que subvertem a ordem instituída de normalidade que concebe o gênero como a ligação do sexo à genitália, e não uma construção particular do sujeito ligado às dimensões culturais, sociais, políticas, jurídicas, mas como algo que tem um significado sociopolítico ligado aos usos coletivos que lhes dão como sentido da vida.

Chamamos atenção para a singularidade dos depoimentos das travestis:

Ser travesti pra mim... Bom, é silicone, é atitude, cabelo, peitão, saltão, né? A partir, claro, do momento em que você sai da sua casa pra prostituição como um trabalho. Isso é ser travesti: peitão, bundão, cabelão, saltão. Mulher não pode, pode travesti, né? Travesti é vontade de mudança e coragem de encarar a sociedade. Porque, depois que você muda tudo no seu corpo, põe sua cara pra bater, porque, em qualquer lugar que você vai com um peito, você é barrado. Já se você não tiver um peito, quanto menos aparência feminina, você é bem aceita, tem que mostrar também que travesti não é um bicho de sete cabeças. Travesti é igual a todo mundo, entendeu, cada um tem sua opção, cada um assume sua vida como quer²⁶.

O relato acima espelha as lógicas abissais que caracterizam a modernidade ocidental-colonial. Uma ideia monolítica de corpo e identidade, centrada num jogo de hierarquizações de gênero/sexualidade, a saber: homem/heterossexual, hetero-patriarcado; de uma “raça”, a branca em detrimento dos outros grupos étnicos-raciais; tal como ocorre na dicotomia ocidente/oriente, do cristianismo como cosmologia universal num panteão de outras cosmologias e espiritualidades não cristão, do poder militar como processo de organização política civilizatória controlada por instituições e administração

²⁵ Tomamos como referência a compreensão da identidade sexual como o conjunto de características que diferencia cada pessoa das demais e que se expressa através das preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. Já a identidade de gênero se associa às noções e conceitos normativos de interpretações dos símbolos culturais; é definidor de papéis sociais atribuídos à masculinidade e à feminilidade expressas nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas (LOURO, 2013).

²⁶ Mislene, travesti.



metropolitanas. São dicotomias que alimentam formas de ausências, invisibilidades e exclusões radicais.

Ao serem questionadas a respeito dos seus direitos, mulheres e travestis acentuam os modos como a “violência direta, simbólica e estrutural” (GALTUNG, 1998) é institucionalizada a partir da negação de direitos. Um desses âmbitos foi aquele da violência policial militar, de ordinário ativa contra essas profissionais. A exemplo, eco os ditos das profissionais do sexo:

[...] Há negações de direitos quando a gente está na rua [...] nós estamos super vulneráveis, tem usuários de drogas que passam lá e nos assaltam, pessoas passam de carro jogam ovo, tomate, pedra, caixa de cerveja seca —aquelas cervejas que vêm bebendo no carro e jogam[...] Eu já fui agredida na rua, por preconceito, por ser travesti, por tá na rua trabalhando, porque veado tem que morrer, somos ameaçadas o tempo todo, e a polícia nem dá atenção pra isso²⁷.

Direitos Humanos é o nosso direito, né? É um direito negado do ser humano; quantos morreram na rua, assassinados, no chão? E tenho certeza que nenhum está preso. Mulheres foram assassinadas, na maioria dos casos não acham quem fez, não acharam quem as matou, a gente está vulnerável²⁸.

Já aconteceu de estar dentro do carro com a pessoa, não estar fazendo nada até o momento, e o carro da viatura passar e o policial militar nos abordar, e diz que vai levar a gente para a delegacia, que vamos prestar um BO²⁹. Daí, ao chegar próximo à delegacia, ele parou a viatura, veio um outro policial, e disse:

— Ah! Vamos logo acertar isso, vamos acertar isso.

Pedi um X valor em dinheiro pra mim; um X valor pro rapaz, entendeu. Aí, eu falei:

— Mas como assim? Dar dinheiro?

— Ah, você ganhou folha, veado?

Respondi:

— Ah, veado não, veado está no mato, veado é animal; eu sou ser humano! Me respeita que eu te respeito. Não é porque você está com uma farda que você vai me desrespeitar. Porque não lhe interessa o que eu ganho [...]

Eles queriam dinheiro. Então, eu disse:

— Se tiver que ir para a delegacia, vamos todo mundo.

Não estava roubando, nem matando³⁰.

Ah! Tem um caso de uma amiga na casa dela, claro que não sei se ela era usuária. Como eu tô dizendo, pode ter sido verdade né, pode ter feito alguma coisa de errado,

²⁷ Michele, travesti.

²⁸ Cinderela.

²⁹ Boletim de Ocorrência.

³⁰ Luana, travesti.



furtado alguma coisa, sei que invadiram a casa dela, a ROTAM, bateram, deram paulada no abdômen dela, na cabeça dela, coronhada, chute, essas coisas³¹.

A polícia precisa melhorar e muito, muito mesmo, principalmente na questão da abordagem. Não sabem como falar o palavreado melhor de falar com uma mulher. “Essa é puta, tá na rua fazendo o quê? Tá se prostituindo? Tá vendendo o corpo?” Elas são profissionais do sexo, sim, mas não precisam ser chamadas em termos pejorativos. Eles deviam melhorara formação deles ao abordarem as mulheres³².

É preciso considerar que as pessoas que fazem isso, no caso o agente de segurança pública, são vítimas e algozes da dependência. Isso não é uma pura e simples perversidade, trata-se de um processo civilizatório da cultura desse Estado, no qual o aparato policial militar é colocado como dispositivo de controle – legalização do processo que busca manter o estado de direito, com suspensão dele para os não incluídos por ele mesmo, de sorte a se transformar (para essas pessoas) no signo da “necropolítica” (MBEMBE, 2011) permanente e masculinizada.

Desse modo, os ditos ao longo deste texto nos faz perceber que a violência opera como instrumento a serviço da colonialidade de gênero, manifestada na forma de violência direta, estrutural e cultural, incrustada no Estado, na sociedade, no mercado, no conhecimento e no direito. Uma forma de dominação articulada a dominação capitalista (classe) a genderização e a racialização dos corpos com critérios de classificação subalterna. Asseguram, dessa forma, a exploração, expropriação, exclusão ao acesso a tudo o que poderá engrandecer e promover as pessoas, como o acesso à cultura, aos bens imprescindíveis, à vida e à felicidade, à saúde, segurança, previdência, justiça, impedindo que a rua se torne o local, por excelência, onde essas violências são naturalizadas, sobretudo durante o período noturno, ou nos lugares da cidade onde não existam serviços necessários à segurança, iluminação, água etc.

O ápice da dominação totalitarista baseada no terror é alcançado quando o Estado policial inicia a devoração de suas crias, quando o executante de ontem torna-se vítima de hoje. A violência da polícia não é só uma ação isolada de um ou outro agente de segurança, sequer uma questão de ordem exclusivamente militar, mas sim de ausência de governabilidade democrática que se abra a todos e a todas, sem discriminação. Trata-se,

³¹ Inês.

³² Cinderela.



fundamentalmente, do modo como a instituição, em toda a sua estrutura, vê e percebe o poder simbólico – esse poder invisível que só pode se dar com a cumplicidade daqueles que o exercem³³.

ALGUMAS (IN)CONCLUSÕES

Numa reflexão que vem sedimentada em estreita articulação com os conceitos de “sociologia das ausências”, “sociologia das emergências” e “ecologia de saberes” e, ao mesmo tempo, com as experiências retratadas nas enunciações aqui reveladas, podemos afirmar que as negligências em relação às vidas das populações em situação de rua reafirmam a resistência e o potencial contra-hegemônico das ações de mulheres e homens, cujas identidades femininas, trans, bissexuais, lésbicas e as masculinidades dissidentes (gays) enfrentam a brutalização colonial e heteropatriarcal, resistindo como podem ao avanço do imperialismo econômico. É premente o fortalecimento das redes de proteção, defesa e garantia dos direitos das profissionais do sexo, tendo em vista as condições de insalubridade nas relações de trabalho.

Há uma suspensão do testemunho dessas vítimas e a execução silenciosa delas, ainda mais perversa do que qualquer outra execução. A violência é ainda maior pela covardia do risco que essas pessoas estão vivendo. Elas, talvez como ninguém, podem dizer sobre o fracasso do Estado do Capital e seus aparatos de ressocialização e repressão.

As diversas formas de extermínio, aniquilamento do outro, são agravadas pelas condições de trabalho que exercem e são traduzidas em experiência de nadificação pela exigência do uso do corpo ao gosto do cliente, de modo que sua objetificação não estabeleça nenhum limite pessoal – inclusive de aceitar espancamentos, agressões, exposição absoluta do objeto como tal e inclusive do poder matável. Não há – e é notável, por parte das travestis ou mulheres que sentem a insegurança e a arbitrariedade do ponto de vista geral, seja do Estado, seja do que se chamaria sociedade – a dispensa simplificadora do Estado ou mesmo de uma força pública em direção ao cuidado. O que apontam é a existência de uma arbitrariedade que

³³ Apoiamos a compreensão da violência policial, embasada na concepção do poder simbólico teorizado por Pierre Bourdieu (1989): ao dar reforça à sua própria forma, os agentes policiais contribuem para a domesticação dos dominados, hierarquizações das relações entre grupos subalternizados/as e dominantes.



se dá, sob o manto dessa mesma idéia de cuidado, às avessas de todas as normas do direito e da democracia, acobertando uma ação mórbida de nível sádico no trato dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. 2005. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FANON, Frantz. 1975. *Os condenados da Terra*. Lisboa, ULMEIRO.
- FEDERICI, Silvia. 2017. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, Elefante.
- FIGUEIREDO, Luciano. 2011. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORI, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- GALTUNG, Johan. 1998. *Tras La violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia*. Espanha, Gernika Gogoratuz.
- GOFFMAN, Erving. 2008. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC.
- QUIJANO, Aníbal. 2009. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologia do Sul*. Coimbra, Almedina.
- HALL, Stuart. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Porto Alegre, DP&A.
- LOURO, Guacira Lopes. 1997. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes.
- LUGONES, María. 2008. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, (9):73-101.
- MAFFESOLI, Michel. 2006. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. 2012. *O visível e o invisível*. São Paulo, Perspectiva.
- MISKOLCI, Richard. 2009. A teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, 11(21):150-182.
- MBEMBE, Achille. 2011. *Necropolítica: seguido de sobre el gobierno privado indirecto*. Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. Espanha, Editora Melusina.
- OYÉRONKE, Oyerwúmi. *The Invention of Womem*. [s.L.], Editora U of Minnesota Press, 1987.
- RAGO, Margareth. 2008. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo, Paz e Terra.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2004. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez, p. 17-59.
- _____. *A gramática do tempo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____; MENESES, Maria Paula. 2010. *Epistemologia do Sul*. Coimbra, Almedina.
- SCOTT, Joan W. 2012. Usos e abusos do gênero. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, 45:327-35.